

Nas fronteiras com a palavra dos outros: entrevista a José Carlos Sebe Bom Meihy

On Borders with the Word of Others: Interview with José Carlos Sebe Bom Meihy

José Ignacio Monteagudo Robledo (UNILA)*

José Carlos Sebe Bom Meihy (Unigranrio)

Resumo: Em 1994, com a publicação de *Cinderela negra, a saga de Carolina Maria de Jesus*, em colaboração com Robert M. Levine, o historiador José Carlos Sebe Bom Meihy se consagrou como um dos maiores especialistas da obra caroliniana. São mais de três décadas pesquisando, publicando e instigando novos olhares sobre esta autora. Além daquela providencial contribuição para a compreensão do “fenômeno Carolina”, o percurso intelectual do professor Meihy (Guaratinguetá, 1943), sua extensa obra acadêmica e de divulgação, assim como sua incansável dedicação ao magistério universitário (50 anos na USP), representam de forma exemplar, no estudo da literatura, uma dimensão transdisciplinar alternativa ao paradigma hegemônico dos estudos culturais. Apesar de seu reconhecido rigor acadêmico nos limites disciplinares da pesquisa histórica, ultrapassa as fronteiras epistêmicas com contribuições que certamente merecem atenção dos teóricos e estudiosos da literatura comparada, pela diversidade de sua formação e admirável curiosidade intelectual. O assunto principal desta conversa é precisamente esse: o necessário intercâmbio transdisciplinar para entender melhor, em seu contexto sócio-histórico, a relevância cultural não apenas de Carolina, mas também de autores tais como Antônio Vieira e Monteiro Lobato, e de tantos outros que falaram ou escreveram às margens da instituição literária. A entrevista que se segue é o resultado de um processo de textualização, revisão e reescrita a quatro mãos de uma conversa gravada no Rio de Janeiro, em uma manhã de março de 2022. Foi apenas um entre muitos encontros, desde 2019, para falar sobre autobiografias populares, recepção literária, história do presente, entre outros assuntos. Espero, portanto, que sua prosa lúcida, vivaz e consistente, própria da maturidade intelectual, seja tão instigante ao público desta revista quanto foi para mim.

Palavras-chave: literatura brasileira, história oral, autobiografia, interdisciplinaridade.

* Professor visitante estrangeiro na área de Letras e Linguística e colaborador no Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada. Este trabalho inscreve-se no projeto de pesquisa «Vox Populi». *Espacios, prácticas y estrategias de visibilidad de las escrituras del margen en las Épocas Moderna y Contemporánea*, financiado na Espanha pelo Ministerio de Ciencia e Innovación e pela Agencia Estatal de Investigación (PID2019-107881GB-I00), sob a coordenação de Antonio Castillo Gómez e Verónica Sierra Blas. E-mail: jose.robledo@unila.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9984600760321139>.

Abstract: In 1994, with the publication of *Cinderella negra*, the saga of Carolina Maria de Jesus, in collaboration with Robert M. Levine, historian José Carlos Sebe Bom Meihy established himself as one of the foremost specialists on Carolina's work. For more than three decades, he has been researching, publishing, and instigating new perspectives on this author. In addition to his providential contribution to the understanding of the "Carolina phenomenon," Professor Meihy's intellectual career (Guaratinguetá, 1943), his extensive scholar and publicity work, as well as his tireless dedication to university teaching (50 years at USP), represent an exemplary transdisciplinary dimension in the study of literature as an alternative to the hegemonic paradigm of cultural studies. Despite his recognized academic rigor within the disciplinary limits of historical research, he goes beyond epistemic boundaries with contributions that certainly deserve the attention of theoreticians and scholars of comparative literature, due to the diversity of his background and his admirable intellectual curiosity. The main subject of this conversation is precisely that: the necessary transdisciplinary exchange to better understand, in its socio-historical context, the cultural relevance not only of Carolina, but also of authors such as Antônio Vieira and Monteiro Lobato, and of so many others who spoke or wrote at the margins of the literary institution. The interview that follows is the result of a process of textualization, revision, and four-handed rewriting of a conversation recorded in Rio de Janeiro on a March morning in 2022. It was just one of many meetings since 2019 to talk about popular autobiographies, literary reception, history of the present, among other subjects. I hope, therefore, that his lucid, lively, and consistent prose, befitting of intellectual maturity, will be as thought-provoking to the audience of this journal as it was to me.

Key Words: Brazilian literature, oral history, autobiography, interdisciplinarity.

II: *Sua produção acadêmica recente mostra-se centrada no campo da história oral, com produção de histórias de vida que interessam à literatura comparada por dois motivos como mínimo: por sua relação com a escrita autobiográfica, e pela inclusão no circuito editorial de vozes confinadas nas margens da oralidade¹ em obras comparáveis com as da escritora bielorrussa Svetlana Alexievich². Por outro lado, seus trabalhos sobre Antônio Vieira, Monteiro Lobato e Carolina Maria de Jesus podem ser enquadrados na chamada história cultural, na fronteira com os estudos literários. Quais seriam as consequências desses transpassos, em termos de renovação das áreas acadêmicas?*

¹ Estou me referindo a obras como *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida* (1991), *Augusto & Lea: Uma história de (des)amor em tempos modernos* (2006) ou *Prostituição à brasileira: cinco histórias* (2015). Não menos importantes me parecem suas contribuições teóricas sobre memória e identidade social, além daquelas de cunho metodológico, da máxima utilidade para a incorporação das narrativas orais no registro escrito dos gêneros da memória.

² Ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura em 2015 por livros como *A guerra não tem rosto de mulher* (1985), *As últimas testemunhas: crianças na Segunda Guerra Mundial* (1985) ou *Voices de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear* (1997).

JC: A questão é complexa e exige cuidados, pois coloca em pauta aspectos que implicam o alcance e a finalidade das disciplinas em suas configurações tradicionais e consagradas. Começamos então pela minha carreira: sou historiador de formação e de ofício, e isso é determinante para indicar minha leitura da cultura e dela na sociedade. Respeito e gosto muito da crítica literária, mas não pertencço a esse conjunto especializado, assim considero importante estabelecer os marcos analíticos dos quais me valho quando elejo alguns autores e variantes da produção ficcional como matéria de estudos. Para os historiadores em geral, tomar a literatura como base ou parte de pesquisas é responsabilidade desafiadora que exige métodos específicos, recursos diferentes dos mandamentos comuns à crítica literária. Entender como alguns historiadores observam e se valem da literatura como pressuposto analítico demanda ferir um dos fatores elementares da crítica literária: tratar - no caso da história - o texto como documento, o que é altamente condenado³ pelo campo crítico-literário. Com isso, estou enfatizando a importância de inscrever o objeto da análise histórica em contextos maiores, processuais e progressivos, condição que permite *historicizar* o texto literário e tratá-lo como *fonte*. Isso tem implicações que vão desde o trato do texto literário como documento –não como motivo exclusivamente afeito à crítica literária–, até submetê-lo aos crivos dos demais referenciais –outras fontes– que instruem os argumentos. Em suma, não vejo como (con)fundir entendimentos analítico-disciplinares. É lógico que os diálogos e cruzamentos são desejáveis.

JI: A teoria literária, e até a literatura comparada, mesmo compartilhando o olhar sobre os mesmos objetos, têm objetivos diferentes de outras ciências sociais. Felizmente, ficaram para trás as épocas nas quais estudar literatura era, sobretudo, estudar história da literatura: autores, obras, movimentos, datas... De que maneira o olhar analítico sobre as produções literárias transparecem em sua produção acadêmica? Poderia dar exemplos?

JC: Partindo da pressuposição que reconhece o uso da literatura pelos historiadores, reforço a percepção do produto literário como fonte histórica e, neste sentido, sempre estive atento às escolhas oportunas. Traduzindo isso para a minha produção, devo dizer que busco conjuntos que interessam às abordagens sócio contextuais atentas aos vetores de *espaço* e *tempo* das obras. Isso possibilita inscrever como fonte os textos em seus momentos de produção e suas respectivas anterioridades e continuidades. Sob esse filtro, estilo e características das escolas literárias interessam diferentemente. Não é a leitura estética que

³ Talvez nem tanto para os críticos na esteira de Walter Benjamin ou Frederic Jameson, por citar apenas duas figuras ainda hoje muito influentes.

inspira os historiadores. É, aliás, nesse sentido que tomo a obra do jesuíta António Vieira, assumida como meio para analisar alguns dos dilemas coloniais. Seria insuficiente, pela minha perspectiva de historiador, assinalar traços barrocos nos seus escritos; mais importante é contemplá-lo como produto de uma sociedade toda ela barroca. Não me seria razoável, por exemplo, desprezar o fato de Vieira, descendente de negros em Portugal, ter interpretações sobre o trato de indígenas e africanos escravizados, e mais, nem dos judeus que vieram para o Brasil. Dizendo de outra forma, não vejo como um historiador da colônia possa prescindir de manancial tão rico como os *Sermões*, um dos mais significativos conjuntos documentais do tempo. E não bastaria à historiografia apenas assinalar construções engenhosas, ou mesmo contemplações mais completas, restritas aos mandamentos da crítica.

Jl: Na verdade, objetos e métodos podem ser específicos das disciplinas, mas as teorias podem –e devem– circular entre elas. Poderia citar outros casos de uso da literatura em sua produção? O que é essencial em seu modo de ver a relação entre história e literatura?

JC: Também trabalho com outro personagem que me move como historiador: Monteiro Lobato, autor de vasta obra que abordo sob a mesma ótica da relação história-literatura –note-se: não literatura-história. Além do modelo analítico histórico-cultural que aplico a tais estudos, respondo a aspectos subjetivos que me desafiam às escolhas. Identifico-me, por exemplo, com esse escritor por razões de entendimento contextual de suas origens, da procedência sócio geográfica, pois cresci na mesma região dele, Taubaté, SP. Isto tem demandado uma percepção mais local ou regional, diria até "de raiz" dos escritos lobateanos. Os entranhados condicionamentos da estrutura local, em particular do período do café, geraram atitudes que se explicam quando levados em conta os fatores que influenciaram a percepção do caipira e sua relação com os proprietários de fazendas, como era o caso da família de Lobato, tradicionais proprietários. É claro que o debate se inscreve em sequências muito mais largas, mas no caso específico, as particularidades locais não têm sido apontadas por quantos o percebem apenas como personagem nacional. Além disso, fui alfabetizado por seus livros para crianças e o reconhecimento como dos mais criativos autores da nossa literatura, o que não significa que tenha identidade com suas ideias.

Jl: Concordo com sua apreciação: a contextualização é essencial para qualquer interpretação, não apenas das produções literárias, mas também da sua recepção. Essa poderia ser a maior contribuição dos historiadores que usam a literatura como fonte?

JC: Uma das funções dos historiadores é evitar *anacronismos*, e nesta direção, perceber os compromissos familiares de Lobato é fundamental para relevar sua atuação como alguém que

emergiu de um mundo rural e econômico vulnerável e tenso, carente de explicações que levam em conta fatores e condicionantes imediatos. Além do mais, um tema circunstancial de sua vida o percebe como alguém que viveu ao limite da influência eugênica no Brasil e assim, entender como um autor do Vale do Paraíba, fazendeiro de café, se tornou ícone de movimentos conservadores significa importante observação histórica. Entre tantas possibilidades de contribuição do trabalho do historiador que se vale da literatura, evitar o *anacronismo* é o mais relevante. Está se tornando comum depreciar a obra de Lobato cobrando dele valores dos dias atuais, como se ele estivesse escrevendo agora, com o peso dos conceitos atuais. Esta “presentificação” tem assolado as leituras lobateanas e proposto parâmetros que não eram supostos naqueles dias.

Jl: *E esta é a mesma motivação para seus estudos sobre Carolina Maria de Jesus? Nota-se nos dois casos anteriores que a questão racial atravessa suas escolhas, é isso mesmo?*

Jc: Sim, mas no caso de Carolina convém agregar mais um aspecto, pois além da questão digamos metodológica, preside um outro componente importante: como o historiador assume a discussão sobre o tema raça? Ou abordagens como essa seriam questão exclusiva da sociologia, antropologia e outras áreas das ciências humanas? Além disso, convém somar um fator preferencial que me remete a posicionamento político-cultural, ou seja, o trabalho preferencial com a *diferença*. A pergunta que me orienta corre para o mar da “desterritorialização temática”, pois sou crítico das limitações sugeridas pelo *lugar de fala*, recurso aliás que propõe novos limites disciplinares, posto criar novos “lugares”. Simplismos a parte, prezo sobremaneira o *direito de fala* e assim questiono, por exemplo, se pode um homem escrever sobre uma mulher. O reverso é válido também, claro, pois combate-se o *essencialismo* em favor da *pluralidade de visões*. Por esse pressuposto consagro a importância do tema e estabeleço a questão que me remete a Carolina Maria de Jesus: pode um homem, branco, universitário, “falar” de Carolina, mulher, negra, semialfabetizada?

Além disso, são três os pilares que me movem para a percepção analítica dessa escritora tão importante: 1- o fato dos críticos literários ou “especialistas” deslocarem seus escritos para o cercadinho quase exclusivo da crítica literária; 2- o desconhecimento do conjunto de sua obra que, mesmo sendo agora valorizada recentemente, ainda está longe da eficiência analítica, e 3- a falta de conexão entre sua produção e as demais manifestações do movimento negro, em particular depois de 1958. Cabe lembrar que esse ano particularmente foi ambiente em que figuras artísticas e esportivas despontaram. Em particular, só para valorizar um caso, o Teatro Experimental Negro de Abdias do Nascimento surgia com força.

JI: Na minha opinião, seria enormemente empobrecedor restringir o estudo de um fenômeno cultural aos pesquisadores que ostentem traços característicos dos protagonistas desse fenômeno. Seus trabalhos sobre Carolina, além da providencial intervenção para salvaguardar os originais, são referências imprescindíveis para qualquer pesquisa sobre sua obra, e acho que falta muita coisa por fazer ainda. De toda forma, pode detalhar mais sua posição?

JC: Longe de ser uma heresia, qualquer historiador –bem como alguém de outra área de conhecimento– pode considerar o texto de Carolina como *fonte* e, portanto, considerar isto mais do que um recurso desviado. Como documento, os textos de Carolina servem para ampliar o universo analítico relativo às formas de vida de grupos subalternos ou às relações de poder em geral. O mesmo se diz sobre a percepção da vida política vista pelos enunciados populares, bem como da consciência do panorama nacional como um todo. Como historiador, estudo Carolina há mais de três décadas e coloco-me entre os motivadores de pesquisas sobre essa autora tão sugestiva, e é assim que ponho em dúvida o pressuposto que advoga que “diários” ajustam-se exclusivamente ao âmbito literário. Na mesma medida duvido da eficácia dos estudos literários sem comunicação com outras áreas do conhecimento. Entre outras possibilidades acho pobre a discussão sobre Carolina caber ou não como escritora de literatura. É lógico que ela é. E sempre é oportuno ter em conta como o tema Carolina se integra nas discussões sobre a contracultura, meio ambiente, papel da mulher e urbanização. Será que é justo não privilegiar como *fonte* tantos escritos insinuates?

JI: Sua maneira de abordar a questão coloca a análise nos limites das fronteiras disciplinares, certo? Lima Barreto escreveu em uma de suas crônicas que “cada profissão tem a sua presunção e se julga como a dominadora de todas as outras, sem perceber que todos os ofícios se entrelaçam e a nossa sociedade é uma rede de artes e mesteres, todos eles necessários a ela”⁴. Um século depois, como vê os problemas da interdisciplinaridade?

JC: No Brasil, desde os anos de 1970, graças às colocações de Hilton Japiassu –discípulo de Piaget– a interdisciplinaridade foi apresentada como alternativa dinâmica e redentora de insatisfações acadêmicas. Revolucionária e redentora, mas ambígua, diga-se, pois essa postura se portava como confrontação à rigidez das fronteiras disciplinares, evidenciando que os conteúdos de cada área não se comunicavam uns com os outros. Desde aquele então, uma série grande de frustrações com resultados acadêmicos flertou com uma saída que parecia viável, a interdisciplinaridade. Ainda que o tema fosse exaustivamente debatido ao longo de

⁴ “Os tais higienistas”, *Careta*, 4 dez. 1920.

décadas, na prática mostrou-se inoperante porque não sendo uma disciplina, não dispunha de objeto e, sem método analítico, não se sustentou além dos convenientes diálogos entre várias áreas. O que se reclamava, sobretudo, era da falta de ventilação desafiadora de renovações das próprias disciplinas. O aclamado “olhar interdisciplinar” produziu efeitos importantes nos questionamentos de cada setor disciplinar, afetando-os com profundidade; contudo, em termos práticos, literatura continuou literatura, história continuou história, antropologia seguiu com seus métodos e práticas e assim por diante. Mais uma vez saúda-se o debate sobre pluralidade argumentativa, e a importância das fronteiras estabelecidas por métodos e técnicas de pesquisas que merecem sempre ser atualizadas em suas potências.

Jl: *Então está afirmando que pouco ou nada mudou? Toda a vasta produção resultante dos debates interdisciplinares não afetou em nada os conteúdos disciplinares?*

Jc: Afetou sim, e muito. A riqueza das possibilidades desdobradas das *novas perguntas* e os *novos objetos* de estudo ajudaram bastante a condução atualizada das pesquisas de diversas áreas que se viram forçadas a incluir questões que antes não faziam parte do próprio repertório ou das pautas temáticas. Nesse sentido, os estudos literários ajudaram muito, pois alguns pontos antes mostrados pela literatura, por exemplo, passaram a ser permeáveis aos estudos históricos. Há pouco tempo não se falava de história da família, da mulher, da criança, do ódio ou do amor. A vasta contribuição permitida pela valorização da literatura, como no caso da revista *Annales* –principalmente na terceira fase, depois dos anos de 1970– foi dimensionada pelo impacto do movimento que se convencionou chamar de *nouvelle histoire* onde se expressavam figuras achegadas aos textos literários como Jacques Le Goff e Georges Duby, entre outros, portanto muita coisa mudou em termos de abordagem. A própria literatura, aliás, ganhou centralidade na consideração das *fontes*. O mesmo se diz das imagens e de outros suportes documentais. Um dos pontos mais impactantes dessa mudança, para mim, se deu a partir da valorização dos estudos biográficos. É verdade que muitos historiadores nunca renunciaram aos relatos de vida, mas desde “São Luís” do Le Goff tudo ganhou novos brilhos em particular pela abordagem que se valeu de variados recursos analíticos, tudo sem abrir mão dos mandamentos historiográficos.

Jl: *Então isto explica o caráter biográfico usado em suas escolhas de autores consagrados ou não na literatura?*

Jc: Sim, eu vou exatamente nesta senda, valorizando a liberdade de utilização da obra literária sem descaracterizar a autoria. Isso, aliás, implica pensar sempre historicamente os protagonistas autorais na linha integrativa do indivíduo na história. Convém ressaltar que não

separo o autor da obra, ou vice-versa. Nem isolado a obra de sua temporalidade histórica. Consequência natural desse procedimento é a qualificação da biografia vista pelo viés da história. Vale também ressaltar um outro ponto ainda mais complexo em minha formulação porque, na verdade, eu não considero obras em separado, tomadas em “análises internas” ou como se elas não se constelassem ou tivessem relações entre si. Sempre procuro trabalhar com o atravessamento, com as linhas que cortam a produção toda, e é isto que me leva a uma postura política. Porque gosto de trabalhar com a diferença, me situo entre os pesquisadores que criticam o excesso de devoção às “identidades” e aos “lugares sociais” recortados de contextos mais abrangentes. Eu acho que a democracia está na diferença e diferenciar, notar os desvãos, é obrigação do historiador.

Jl: *Se bem entendi, quando o senhor fala em “diferença” está valorizando as “desigualdades” que perpassam todas as camadas como gênero, classe, credos e orientações gerais, certo? Então como alguém que está em “outro lugar” pode perceber o “diferente” ou o marginalizado?*

Jc: A resposta a essa pergunta tem dois lados, um referente às escolhas temáticas e metodológicas, e outro ligado ao conceito de marginalização. O critério de seleção temática, sobre que autores ou fontes usar, por exemplo, depende do projeto ou da proposta de estudos. De regra, parto do suposto hegeliano que diz “o problema da história é a história do problema”. Supondo isso como premissa, as fontes decorrem dos objetivos dos estudos sobre os temas pretendidos. No caso de autores específicos, a escolha depende da oportunidade de discussão temática, seja colonial, moderna ou contemporânea. Outra parte da questão implica assumir determinado posicionamento historiográfico. Apesar do assunto ser polêmico, sou daqueles que buscam certa objetividade intencional no estudo da história. É neste sentido que percebo a oportunidade dos textos literários, pois eles oferecem pistas de situações problemáticas.

Ainda outro aspecto da questão remete ao tema “marginalização”. Como historiador, busco analisar processos correntes, e assim fico no enalço do entendimento dos “problemas”. A *história-problema* implica identificar a margem e nela os marginalizados. Juntando os pontos, devo reconhecer que me interessa entender a dinâmica dos processos ou políticas de marginalização. O caso de Monteiro Lobato é típico, pois de um “lugar” hegemônico sua obra está passando a um apedrejamento quase absoluto. Sem muito questionar por que ele e não outros autores como Aluísio Azevedo ou Jorge Amado; o que ocorre é a seleção de algumas

passagens descontextualizadas e daí se generaliza tudo, despreza-se o conjunto da obra, inclusive negando a transformação de um autor que variou muito.

Jl: *E esta é a sua motivação para continuar pesquisando sobre Carolina Maria de Jesus? De que jeito a questão racial atravessa suas escolhas?*

Jc: O caso de Carolina me é exemplar na medida em que se nota um esforço enorme em tirá-la de um ostracismo e fazê-la uma espécie de vanguardista *avant la lettre*. Acho interessante analisar esses dois autores que passam por filtragem diferente. Lobato pode ser listado na parcela “cancelada”, já Carolina na “integrativa”. No caso de Carolina, convém ressaltar que tudo isto ocorre sem discutir antes seus originais manuscritos –ou fontes– que sequer chegaram ao público. Este é outro problema bastante interessante em se falando de fronteira, porque muitas das pessoas que pensam estar integrando áreas do conhecimento estão formulando outras fronteiras, estão colocando saberes em disputa –a palavra disputa, diga-se, é bem apropriada– porque se estabelece uma guerra entre quem é quem, e nessa luta, um alvo muito exposto é sempre a exemplificação notável, assim, elegem-se alguns heróis ou anti-heróis, e esses passam a ser objetos centralizados, com risco muito grande que consiste em confundir o exame da obra com a biografia da pessoa. Traduzindo para o caso de Carolina, vale dizer que poucas pessoas estudam realmente a obra de Carolina e, em troca, o que se vê é uma exaustiva reflexão sobre sua vida e tudo apoiado na repetida análise dos mesmos textos. Poucos são os que recorrem aos manuscritos originais deixados por ela. É necessária a atenção, pois também não basta a publicação de textos sem análises competentes.

Jl: *Bom, a escritora de Sacramento está sendo recuperada com vigor nos últimos anos, embora continuem os problemas na preservação do seu acervo e no acesso aos manuscritos. Mas, o senhor está dizendo que no caso de Carolina não bastam as publicações dos originais?*

Jc: É claro que é importante a colocação pública e integral dos originais. Isto é fundamental, aliás. Há porém um detalhe fundamental que remete ao caso específico dos diários *Quarto de despejo* e *Casa de alvenaria*. Explico-me: como eles foram resultados de experiências que implicaram cortes ou edição, isso exigiria contrastar o que realmente respondia a um projeto dela em diferencial do que foi acatado pelo editor. Advogo que Carolina tinha um projeto, literário. O editor, Audálio Dantas, tinha outro projeto, jornalístico. Sem esta distinção fica difícil, ou impossível, distinguir argumentos analíticos de um e de outro. Acho que essas questões todas acabam atingindo o núcleo das discussões sobre o conceito de fronteira. De fronteira, e mais: de *direitos*.

Jl: *Sua escolha pela história oral tem a ver com questões de fronteira entre história e literatura?*

JC: Não diria que foi uma passagem natural, mas houve sim um forte diálogo entre a evolução da forma anterior de produzir conhecimento histórico em vista da mais recente. Uma das minhas preocupações centrais sempre esteve ligada ao endereço dos meus trabalhos, ou seja, *para quem* estava dirigindo meu esforço de pesquisa. A *inclusão histórica*, o pertencimento, sempre foi aspecto importante de minha atividade, daí pensar em como fazer ou produzir a história de grupos ágrafos, de pessoas sem domínio da escrita e sequer de domínio documental. Na mesma senda vigorou a necessidade de trabalhar com grupos limítrofes e silenciados. Diria que a fundamentação da consciência da mudança de sentido ocorreu quando da leitura dos pensadores ligados à *história do tempo presente*. Em termos práticos, quando percebi a possibilidade de fazer uma história *–do e no tempo presente–*, uma investigação compartilhada com quem vivia situações de “desajustes”, percebi a validade de trilhar novo caminho. E comecei então a pensar no conceito de “colaboração”. Parti para a suposição de uma história contada pelos “outros” em colaboração como “labor conjunto”.

As questões de memória repontaram logo e me obriguei a incursões sobre o universo mnemônico, estudando meandros da matéria. Foi imediata a necessidade de variações das formas produtivas de resultados, pois não se tratava mais de produzir análises como antes. Em particular, foi desafiador pensar no texto escrito resultado de entrevistas gravadas ou filmadas. Foi assim que a literatura voltou à minha pauta de historiador. E veio com força, pois logo me foi claro concluir que o texto oralizado não corresponde ao escrito. E que era necessário *transcriá-lo*, passar de um código para outro. Foi assim que me vali dos irmãos Campos, líderes do movimento concretista brasileiro, que ensinaram como trabalhar com os recursos praticados em traduções.

Jl: *Todo esse processo de mudanças de percepções tem a ver com ensino e divulgação dos resultados?*

JC: Sim e não, explico-me: sim porque fui forçado a pensar em uma história que tivesse maior alcance, chegando até mesmo à recepção popular. Sinceramente, cansei-me de pensar naquela “história dos historiadores”, ou de pessoas que apenas conversam entre si. Reconheço a validade de um tipo de história feita naquelas regras, mas não me satisfazia sua exclusividade. Queria mais, muito mais. Por esta ocasião aprendi sobre o conceito de *história pública* e então passei a estudar o assunto. Novamente a questão da literatura me ajudou. A passagem do texto falado para o escrito demanda, além de toques metodológicos, cuidados

literários que, por sua vez, acabaram por exigir tratamento literário, posto que o falado não é duplo do escrito. E nada como um bom texto para cativar leitores.

JI: *Concordo plenamente. Constatei, por sinal, que suas obras são de leitura muito agradável, e circulam em edições populares, acessíveis ao grande público. O senhor assume o risco de ser desconsiderado como historiador erudito, sem, contudo, ser aceito como escritor ou jornalista. Como concluiria sua exposição sobre tudo isto que temos falado: história-literatura, história do tempo presente e história oral?*

JC: Concluiria de forma simples, mostrando que há uma evolução das formas de produção da história e que nessa carreira, minha escolha deriva de posicionamentos que colocam a história como *serva do tempo*. No meu caso optei por incluir a literatura como fonte e assim pude me aproximar mais do ideal de uma história mais aberta e inclusiva. Falo, pois, de uma atividade que tem vistas voltadas para a política de integração social. Isto, aliás, explica a preocupação com a *história pública*. Na mesma linha, opto por cuidar mais das *diferenças do que das igualdades*. Insisto em postular que a democracia está no convívio com os desiguais. Professo uma história oral ativista e situo aí minha preocupação. Além disto, outros temas exigiram realocação e um deles foi relacionado a autoria. Afinal de quem era o texto produzido por meio de entrevistas, do narrador/colaborador ou meu? A junção de tudo isto permitiu que elaborasse alguns pressupostos que se constituem na base da história oral produzida pelo Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP) e assim, tomando os projetos como ponto de partida temos que responder “história oral: de quem, por que, como, quando, para quem e com quem”.